



Rodas de Lembranças de mulheres negras: comunicação e cidadania no Museu Comunitário Treze de Maio¹

Giane Vargas Escobar²
Ana Luiza Coiro Moraes³

RESUMO

Ao dar visibilidade a mulheres negras, os espaços comunicacionais do Museu dão voz àquelas que historicamente vêm sendo alijadas das pautas dos grandes conglomerados midiáticos, restritos a abordagens supostamente multiculturais, mais das vezes restritas a efemérides, como o Dia Nacional da Consciência Negra. E, assim fazendo, reforça de forma positiva identidades culturais que só se viam representadas na mídia como 'singularidade étnica', em alteridade ao grupo hegemônico branco. Nesse sentido, ao reconstituir e fortalecer identidades negadas, relegadas às marcas da diferença, os espaços comunicacionais do Museu, como os proporcionados pelas *Rodas de Lembranças*, cumprem a sua vocação de promover cidadania, contribuindo para a difusão de um discurso próprio, envolvendo além de antigos sócios do Clube, os atuais personagens do dia a dia do Treze, a comunidade negra, estudantes e professores, que encontram neste evento um meio de conhecer um pouco mais sobre a diáspora africana no sul do país, suas apropriações e reinvenções em Santa Maria.

PALAVRAS-CHAVE: Museu Comunitário; comunicação; identidades negras; cidadania.

Introdução

O Museu Comunitário Treze de Maio, ciente de seu papel na sociedade, procura evidenciar o patrimônio afro-brasileiro, por meio de várias ações que promovem a cidadania negra e de dispositivos comunicacionais forjados pelos próprios dinamizadores do Treze e parceiros. Dentre estes, destacam-se os relatos das “*Rainhas e Princesas do Clube Treze de Maio*” na IV Roda de Lembranças do Museu, forma de comunicação intergeracional que permite a construção de um discurso próprio, além da inclusão de determinados grupos que normalmente não se encontrariam se não houvesse um evento previamente marcado, datado e específico para relembrar e compartilhar certos valores. Trata-se de momentos singulares de

¹ Trabalho apresentado na modalidade Artigo Científico na IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Linha de Pesquisa Mídia e Identidades Contemporâneas, Mestre em Patrimônio Cultural/UFSM, Especialista em Museologia/Unifra, Graduada em Letras/FIC. giane2.vargasescobar@gmail.com

³ Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Comunicação da UFSM. anacoiro@gmail.com



reconstrução de imaginários, que somente se tornam possíveis neste tipo de acontecimento, estrategicamente organizado com o objetivo de agregar ancestralidade e juventude, ou seja, passado e presente, “tradição e modernidade”, num mesmo local e na mesma sintonia, pois “a memória popular é um importante elemento que contribui para a mudança das culturas contemporâneas” (CANCLINI *apud* VORRABER, 2003, p. 51-52).

O artigo tem como objetivo apresentar as práticas cidadãs deste museu cuja origem é o clube Treze de Maio de Santa Maria, organização negra criada no início do século XX, posteriormente “reinventada” como Museu Comunitário. Para tanto, elege como *corpus* para análise os relatos reunidos sob o título “*Rainhas e Princesas do Clube Treze de Maio*”, inseridos na IV Roda de Lembranças do Museu, para refletir sobre identidade e cidadania de mulheres negras.

“O Treze” de Santa Maria: centenário clube social negro que se revitalizou em museu

O Museu Comunitário Treze de Maio foi idealizado em 2001 pelo Movimento Negro local e alunos do curso de Especialização em Museologia da UNIFRA⁴. Seu Estatuto é de 20 de novembro de 2003 e sua sede materializou-se no mesmo local que um dia abrigou a terceira agremiação negra mais antiga do Estado⁵, a Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio (SCFTM), ou simplesmente “O Treze”, como ficou popularmente conhecida, completou 110 anos de história em 13 de maio de 2013.

O Treze foi fundado por “quarenta e sete cidadãos”, conforme a “Acta de Fundação” da SCFTM do ano de 1903 (ESCOBAR, 2012, p. 288). Segundo relatos de antigos sócios, a primeira edificação — de madeira com teto de zinco, tendo somente a parte da frente em alvenaria — foi construída em regime de mutirão, por operários negros da Viação Férrea, que recebiam da direção as tábuas dos vagões de trens desmanchados. Desta forma, esses trabalhadores, que embora tivessem situação financeira diferenciada da maioria da população negra da cidade, não tinham acesso às dependências dos tradicionais clubes brancos, como o Caixeiral ou o Comercial, forjaram um espaço em que se organizaram coletivamente.

⁴ O curso se realizou entre os anos de 2001 a 2002, no Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), na cidade de Santa Maria (RS). O grupo de acadêmicos que idealizou o Museu Comunitário Treze de Maio em sala de aula era composto por quatro alunos: Giane Vargas Escobar, João Heitor Silva Macedo, Antonia Mariza P. Cesar e Jussara Lopes.

⁵ Conforme o Cadastro Nacional de Clubes Sociais Negros (<http://www.clubessociaisnegros.com.br>), a agremiação negra mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul (e do Brasil) é a Sociedade Floresta Aurora de Porto Alegre, fundada em 1872, seguida pela Associação Satélite Prontidão, de 1902, também localizada na Capital gaúcha.



O clube atingiu seu auge nas décadas de 1960-1980 e viu parte de sua história sucumbir em meados dos anos de 1990-2000 (ESCOBAR, 2010). E foi na década de 1960 que este espaço contra-hegemônico desenvolveu o seu próprio meio de comunicação alternativo, o jornal “A Voz do Treze”. A edificação atual também foi construída na década de 1960, pelos associados que ali depositaram um “sonho”. Eles consideravam o Treze a sua “segunda casa”, como afirmam as antigas sócias Alcione Flores Amaral e Doroti Lucas, que vêm participando ativamente das “Rodas de Lembranças do Museu Treze de Maio”, desde 2009.

A ferrovia em Santa Maria e em todo país entrou em decadência, foi sucateada, mas o Treze permaneceu, impondo-se ao longo de quase um século, de 1903 à década de 1980, como um local de sociabilidade negra. Tornou-se referência para a comunidade negra do Sul do país, que nele se via representada e o reconhecia como um lugar que agregava famílias negras, incentivava namoros, noivados, casamentos, além de apoio aos filhos dos associados para que ingressassem na universidade. Atualmente se vê revitalizado numa nova “invenção”, um Museu Comunitário que preserva, divulga e ressignifica a história e a identidade da população negra na cidade de Santa Maria e região.

O Museu Comunitário Treze de Maio integra o universo de mais de 3000 museus que fazem parte do *Guia dos Museus Brasileiros*⁶, lançado em 2011 pelo Instituto Brasileiro de Museus/IBRAM/MinC, figura no *Guia de Museus do Estado do RS*⁷ como o primeiro museu da cultura negra cadastrado neste instrumento. Trata-se de um dos raros museus de cultura afro do país, fazendo parte da ABREMC, a *Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários*⁸, além de integrar o *Sistema Municipal de Museus de Santa Maria (SMM)*⁹.

Quando se pensa no conceito de museu comunitário, aquele que “emana realmente de uma comunidade particular” (VARINE, 2012, p. 182) é possível também reconhecer características específicas desta forma de organização no Treze, pois nele “não há modelo, não há regra”, quando se faz uma analogia com a ortodoxia característica dos museus tradicionais, assim:

⁶ Instituto Brasileiro de Museus. **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: IBRAM, 2011. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_sul.pdf. Acesso em 02jan2013. p. 448.

⁷ Sistema Estadual de Museus. **Guia de Museus do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEM-RS, 2006, p.133.

⁸ ABREMC. **Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários**. Disponível em: <http://www.abremc.com.br/ecomuseus.asp>. Acesso em 02jan2013.

⁹ SMM - **Sistema Municipal de Museus de Santa Maria**. Disponível em: <http://www.sistemademuseusm.blogspot.com.br/p/quem-esta-no-smm.html>. Acesso em 2jan2013.



O museu comunitário é a expressão de uma comunidade humana, a qual se caracteriza pelo compartilhamento de um território, de uma cultura viva, de modos de vida e de atividades comuns. Essa comunidade pode ser composta de várias comunidades [...] O museu é a propriedade da comunidade que lhe deu nascimento e que o faz viver. Ele é, enfim, um instrumento dinâmico do desenvolvimento dessa comunidade, cujo material principal é o patrimônio no sentido mais amplo, mas ele não é o único: as idéias, os projetos, as produções ainda não incorporadas ao patrimônio fazem parte dos meios de expressão do museu. (VARINE, 2012, p. 189).

Mas, o Treze também transita no Movimento de Clubes Sociais Negros do Brasil, por suas origens e, principalmente, por tomar para si a responsabilidade e o compromisso de ter realizado no ano de 2006, o 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras¹⁰. A partir deste encontro financiado pela SEPPIR, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal, o Museu tornou-se referência na produção de conhecimento e pesquisas que envolvem este segmento da população negra, lançando em 2011 o site dos Clubes Sociais Negros do Brasil¹¹, dispositivo comunicacional disponível para informações sobre estes lugares de sociabilidade da população negra, que se proliferaram por todo o país, em especial, no pós-abolição.

Os clubes sociais negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio (OLIVEIRA SILVEIRA *apud* ESCOBAR, 2010, p. 61).

Esses clubes também foram os responsáveis por articular em seus salões, além de festas, atos políticos e uma boa parcela do que se conhece por “imprensa negra”.

No Rio Grande do Sul, a Imprensa Negra é legitimada com periódicos como: O Exemplo (Porto Alegre, 1892-1930), A Cruzada (Pelotas, 1905), A Navalha (Santana do Livramento, 1931), A Revolta (Bagé, 1925), A Hora (Rio Grande, 1917-1934), A Alvorada (Pelotas, 1907- 1910; 1930 – 1937; 1946 – 1957), O Ébano (1962). (SANTOS, 2003). Na década de 70, foi lançada a revista gaúcha *Tiçã*, publicação que tinha como principal pauta o debate sobre a discriminação racial no Brasil. Em 1987, o Centro Ecumênico de Cultura Negra (Cecune) passou a executar projetos sociais, principalmente de cunho comunicacional, promovendo mostras de cinema e vídeo com a temática negra, em Porto Alegre. O Cecune promoveu ainda a edição do *Jornal Como é* (1995 – 1998), a publicação da *Revista Conexão Negra* (2003) e, atualmente, mantém o *website* *Nação Z* (MACHADO, 2011, p. 1).

Machado (2011, p. 1) afirma que “muitos desses informativos foram produzidos por negras e negros ligados aos clubes negros”, como a Sociedade Floresta Aurora (Porto Alegre,

¹⁰ Os Encontros do Movimento Clubista Negro Brasileiro. Disponível em: <http://www.clubessociaisnegros.com.br/projetos/os-encontros-do-movimento-clubista-negro-brasileiro/> Acesso em: 12março2013.

¹¹ Site Clubes Sociais Negros do Brasil. Disponível em: <http://www.clubessociaisnegros.com.br/>. Acesso em 2jan2013. Este site foi construído com o apoio da SEPPIR, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal. É gerenciado por Giane Vargas Escobar a partir dos resultados de sua pesquisa sobre Clubes Negros Brasileiros, no Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural na UFSM (2010).

1872), a associação Satélite Prontidão (Porto Alegre, 1902), o Clube Fica Ahi Pra ir Dizendo (Pelotas, 1926), entre outros.

Os recursos digitais a serviço do Treze, por sua natureza comunicacional, que possibilita a criação e circulação de mensagens livre de amarras como território geográfico, diferenças culturais e interesses comerciais, viabilizando “a produção de conteúdos endógenos e sua transmissão, sem fronteiras, pelos próprios agentes sociais” (PERUZZO, 2005, p. 268), dão visibilidade a eventos, ações e iniciativas que garantem a sua longevidade e sustentabilidade.

Cidadania e identidade cultural negra no feminino

O termo cidadania refere-se à condição do indivíduo que faz parte de uma comunidade, que modernamente se constitui em um estado de direito, e com ele mantém uma relação de direitos e deveres. Assim, a palavra cidadão tornou-se sinônimo de homem livre, o sujeito portador de direitos e obrigações assegurados em leis.

Contudo, este conceito se forma ao longo dos séculos IX e VII a.C., quando, narra Guarinello (2003, p. 32-33), gregos e fenícios difundiram pelas colônias que fundavam na região um sistema de organização da coletividade: a cidade-estado, *polis* a partir da qual, gradativamente, regularam a vida pública, “recusando os estrangeiros e protegendo coletivamente suas planícies cultivadas da violência externa”. Mas, além dos estrangeiros, registre-se, também as mulheres e os escravos eram excluídos da esfera pública, não sendo reconhecidos como cidadãos. “As mulheres eram, certamente, membros das comunidades – mas membros, por assim dizer, menores” (GUARINELLO, 2003, p. 37).

Dallari salienta que embora a participação das mulheres nos movimentos políticos e sociais da Revolução Francesa tenha sido ativa, em 1791 seus líderes aprovaram uma Constituição que,

contrariando a afirmação de igualdade de todos, estabeleceu que somente os cidadãos ativos poderiam ser eleitos para a Assembléia Nacional. Ficou sendo também um privilégio dos cidadãos ativos o direito de votar para escolher os membros da Assembléia. E para ser cidadão ativo era preciso ser francês, do sexo masculino, ser proprietário de bens imóveis e ter uma renda mínima anual elevada (DALLARI, Portal IDH, s/d).



Moraes (2003) sugere que o ponto de partida para a desigualdade de direitos e deveres entre os sexos está na sociedade, cujos hábitos, costumes e cultura definem o que é ser homem e o que é ser mulher. No Brasil, segundo esta autora, as conquistas da mulher que sucedem o Código Civil da República de 1916 — quando o casamento retirava da mulher a sua capacidade civil plena, pois precisava da autorização do marido para trabalhar, realizar transações financeiras, fixar residência, e, além disso, não ser virgem era motivo para anulação do casamento — podem ser assim resumidas:

Com o Estatuto Civil da Mulher Casada (1962), as mulheres passaram a ser consideradas “colaboradoras” do marido na sociedade conjugal; a mulher casada volta ter a capacidade civil plena.

Na década de 60, as mulheres que viviam em concubinato, ou seja, morando com um homem sem casamento legal, passaram ter os mesmos direitos das casadas, após cinco anos de comprovada convivência conjugal.

Pela Lei do Divórcio (1977), passa a ser possível um novo casamento após o fim da sociedade conjugal (o que não era legal na antiga lei de desquite); há o reconhecimento de filhos fora do casamento; e a superioridade paterna tem fim, cabendo a quem detém a guarda decidir problema dos filhos.

Por fim, a Constituição de 1988 iguala direitos civis de mulheres e homens, incluindo na Carta Magna as conquistas precedentes.

Entretanto, aponta Silva (2003), a situação da mulher negra no Brasil ainda hoje “manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país”. Esta autora apela aos resultados de pesquisas realizadas nos últimos anos, que mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade e salário menor.

A mulher negra ao longo de sua história foi a “espinha dorsal” de sua família, que muitas vezes constitui-se dela mesma e dos filhos. Quando a mulher negra teve companheiro, especialmente na pós-abolição, significou alguém a mais para ser sustentado. [...] Provavelmente o mais cruel de todos os males foi retirar da população negra a sua dignidade enquanto raça remetendo a questão da negritude aos porões da sociedade. O próprio negro, em alguns casos, não se reconhece, e uma das principais lutas do movimento negro e de estudiosos comprometidos com a defesa da dignidade humana é contribuir para o resgate da cidadania do negro. A pobreza e a marginalidade a que é submetida a mulher negra reforça o preconceito e a interiorização da condição de inferioridade, que em muitos casos inibe a reação e luta contra a discriminação sofrida [...] A mulher negra, portanto, tem que dispor de



uma grande energia para superar as dificuldades que se impõe na busca da sua cidadania. (SILVA, 2003, s/p).

Não obstante, esta autora aponta alguns ganhos nos últimos anos, como o crescimento da presença de mulheres negras nas universidades e seu ingresso no mercado de trabalho em posições menos subalternas do que no passado. Nessa luta pela superação do preconceito e discriminação racial, além do esforço pessoal, conta Silva (2003), muitas mulheres citam o apoio de entidades do movimento negro. Para Ribeiro (2008), as mulheres negras:

Entenderam que desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça, que, mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões. São combinações de discriminações que geram exclusões, tendo como explicação a perpetuação do racismo e do machismo.

E, ao postular prerrogativas particulares e seu direito à cidadania, as mulheres negras estão articulando uma nova identidade social. Da mesma forma, Stuart Hall (2003), posicionando-se a partir da sua condição de negro caribenho, cuja formação se deu na Inglaterra, indaga-se sobre o que a experiência da diáspora causou aos modelos de identidade cultural negra, ou seja, como é possível conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora negra, que

É modelada na história moderna do povo judeu (de onde o termo "diáspora" se derivou), cujo destino no Holocausto — um dos poucos episódios histórico-mundiais comparáveis em barbárie com a escravidão moderna — é bem conhecido. Mais significativo, entretanto, para os caribenhos é a versão da história no Velho Testamento. Lá encontramos o análogo, crucial para a nossa história, do "povo escolhido", violentamente levado à escravidão no "Egito"; de seu "sofrimento" nas mãos da "Babilônia"; da liderança de Moises, seguida pelo Grande Êxodo — "o movimento do Povo de Jah" que os livrou do cativeiro, e do retorno a Terra Prometida (HALL, 2003, p. 28-29).

Este autor, inclusive, acrescenta mais um ponto a situar neste debate — a questão das sociedades periféricas (como o Brasil). De acordo com Hall (2003), o período “pós-colonial” é um tempo de diferença, marcado pelo deslocamento da modernidade capitalista do centro europeu para suas “periferias”. Ele reconhece uma multiplicidade no termo pós-colonial, destituindo-o da inscrição binária “passado e presente”, para considerá-lo — da mesma forma que ao colonialismo — maneiras e graus distintos da relação entre uma sociedade e seus “outros”.

O termo "pós-colonial" não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a "colonização" como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural — e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou "global" das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. Seu valor teórico, portanto, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do "aqui" e "lá", de um "então" e "agora", de um "em casa" e "no estrangeiro". "Global" neste



sentido não significa universal, nem tampouco é algo específico a alguma nação ou sociedade. Trata-se de como as relações transversais e laterais que (Gilroy, 1993)¹² denomina "diaspóricas" complementam e ao mesmo tempo deslocam noções de centro e periferia, e de como o global e o local reorganizam e moldam um ao outro (HALL, 2003, p. 109).

No caso da América do Sul, essas periferias, sob um ponto de vista eurocêntrico, correspondem às colônias fundadas a partir das navegações portuguesas e espanholas que culminaram com a descoberta no Novo Mundo. E para estas colônias, homens e mulheres até então livres foram transportados em navios negreiros em condições desumanas e precárias, para trabalhar nas lavouras, engenhos e toda a sorte de trabalhos pesados, sem qualquer tipo de remuneração.

É assim que um dos protagonistas da ocupação das terras brasileiras começa seu legado. Os negros que povoaram o Brasil são provenientes das nações nativas da costa da África, em um fluxo de intensidade variável. Segundo Fausto (1996) não há cálculos definidos sobre o número de escravos, estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros quatro milhões, na grande maioria, jovens do sexo masculino. [...] Ao desembarcarem, eram levados para mercados públicos para serem vendidos. E, como toda mercadoria, tinham um preço que variava de acordo com a maré de negócios (FERREIRA e COIRO MORAES, 2012, p. 6).

E, na pós-escravidão brasileira, o negro estava liberto, mas não se pode dizer que foi posto em *novas condições* e sim em *diferentes condições* de vida. Na realidade, ele apenas conquistou o trabalho livre, porém a segregação continuou, isto é, o negro ainda estava em desvantagem política, econômica e sócio-cultural em relação ao branco, pois sua condição de liberto guardava elementos residuais da sociedade escravocrata. No caso das mulheres negras, elas passaram de mucamas das casas grandes das fazendas no interior brasileiro a empregadas domésticas nos centros urbanos.

Hall (2003), ao dirigir sua reflexão à condição das mulheres de comunidades de minoria étnica localizadas na Inglaterra, que buscava implementar políticas públicas de inclusão de seus habitantes que ali chegavam em consequência da diáspora negra pelo mundo, constata que há ainda um outro princípio de diferença no interior das particularidades de gênero.

Algumas mulheres, que acreditam que suas comunidades têm o direito de ter suas diferenças respeitadas, não desejam que suas vidas enquanto mulheres, que seus direitos a educação e as escolhas matrimoniais, sejam governados por normas reguladas e policiadas pela comunidade. Mesmo quando se trata dos setores mais tradicionalistas, o princípio da *heterogeneidade* continua a operar fortemente (HALL, 2003, p. 76).

¹² Na bibliografia de Hall (2003, p. 127): Gilroy, P. **The black Atlantic**: modernity and double consciousness. London: Verso, 1993.



Em ensaio justamente intitulado “Identidade e diferença”, Woodward (2000, p. 67) analisa a questão sob o ponto de vista dos processos envolvidos na produção de significados, que ela acredita serem engendrados por meio de “sistemas de representações”, conectados com os diversos posicionamentos assumidos pelos sujeitos, no interior de “sistemas simbólicos”. Então, conclui que a construção das identidades, para além do conforto das estruturas geradoras de sentido, conta com a diferença como elemento central.

Os sistemas sociais e simbólicos produzem as estruturas classificatórias que dão um certo sentido e uma certa ordem à vida social e às distinções fundamentais — entre nós e eles, entre o fora e o dentro, entre o sagrado e o profano, entre o masculino e o feminino — que estão no centro dos sistemas de significação da cultura (Woodward, 2000, p. 68).

Além disso, nas culturas em que aportaram a partir da diáspora negra, homens e mulheres encontravam sistemas de representações já postos, em que papéis de classe e de gênero já estavam constituídos. Assim, às reivindicações específicas das diferenças étnicas, ainda era preciso acrescentar a luta por políticas de reparação de desigualdades entre ricos e pobres e entre homens e mulheres.

Etnicidades dominantes são sempre sustentadas por uma economia sexual específica, uma figuração específica de masculinidade, uma identidade específica de classe. Não existe garantia, quando procuramos uma identidade racial essencializada da qual pensamos estar seguros de que esta sempre será mutuamente libertadora e progressista em todas as outras dimensões. Entretanto, existe sim uma política pela qual vale lutar (HALL, 2003, p. 347).

Por fim, este autor conclui que apesar de haver experiências negras historicamente compartilhadas (como a escravidão, por exemplo), a pluralidade de antagonismos e diferenças no interior das culturas contribui para a dificuldade de se manter unidade no que diz respeito à reivindicação de políticas públicas voltadas aos negros, tendo em vista a complexidade das estruturas de subordinação que moldaram as diferentes formas de inserção, nas diferentes culturas, de homens e mulheres que, em princípio, partilham a experiência da diáspora negra.

A questão não é simplesmente que, visto que nossas diferenças raciais não nos constituem inteiramente, somos sempre diferentes e estamos sempre negociando diferentes tipos de *differences* — de gênero, sexualidade, classe. Trata-se também do fato de que esses antagonismos se recusam a ser alinhados; simplesmente não se reduzem um ao outro, se recusam a se aglutinar em torno de um eixo único de diferenciação (HALL, 2003, p. 346).

No caso desta análise, busca-se, então, ouvir as mulheres negras que frequentaram o Treze, para perceber que tipo de negociações foram sendo feitas para que elas transitassem nos universos culturais que estavam postos na sociedade santa-mariense e, ainda, no interior

da uma organização clubista com papéis diferenciados dando conta de posições distintas quanto ao gênero. Em outras palavras, trata-se de investigar sua percepção subjetiva de identidade negra no feminino e suas particulares formas de empoderamento social.

As Rodas de Lembranças do Museu Comunitário Treze de Maio

As rodas de lembranças, rodas de conversas, rodas de poesia, rodas de capoeira, rodas de samba, rodas de memória fazem parte do que se conhece como *patrimônio imaterial*, que se materializa em eventos com objetivos semelhantes, traduzindo sentimentos de um grupo que se reúne para compartilhar músicas, melodias, religiosidade, superstições, crenças, danças, poesias, histórias.

Foi inspirado na oficina “Roda de Lembranças com os pescadores de Sepetiba”, em 2009, durante a I Jornada Formação em Museologia Comunitária¹³, em Santa Cruz no Rio de Janeiro, que o Museu Treze de Maio inseriu na sua programação da 21ª Semana Municipal da Consciência Negra, em Santa Maria, a I Roda de Lembranças com os antigos sócios do Treze, realizada no dia 16 de novembro de 2009.

O Museu Treze de Maio realiza há quatro anos esta atividade com antigos sócios do clube, com vistas a reconstituir seu patrimônio imaterial. Uma presença marcante nestes eventos é a da figura feminina, mulheres negras que um dia frequentaram o clube Treze de Maio e que com sua visão de mundo contam e lembram fatos que só encontros coletivos como este podem proporcionar. São elas que majoritariamente vêm tomando para si a tarefa de transmitir essa memória coletiva.

A IV edição deste evento aconteceu no dia 16 de novembro de 2012, durante as comemorações alusivas à 24ª Semana Municipal da Consciência Negra de Santa Maria, e trouxe também as “*Rainhas e Princesas do Clube Treze de Maio*”, pois se percebeu em atividades anteriores que as mulheres negras é que se constituem em “guardiãs da memória” do Treze e que seria oportuno ouvi-las, registrando suas falas e ampliando suas vozes através dos recursos comunicacionais hoje disponíveis. Desta forma, prestou-se uma homenagem especial àquele grupo de mulheres negras em um espaço que outrora foi um lugar privilegiado dos homens negros, fato que se observa nos registros das carteirinhas, documentos

¹³ Giane Vargas Escobar, na qualidade de colaboradora voluntária e Diretora Técnica do Museu Treze de Maio participou deste evento apresentando trabalhos e ministrando palestras.

administrativos e fichas de associados, em que as mulheres eram sempre dependentes, e quando separadas ou viúvas não podiam mais fazer parte do quadro de associados.

Até mesmo a ausência delas nas galerias de fotos dos ex-presidentes dos Clubes Negros, majoritariamente masculinos, dá notícia do papel coadjuvante das mulheres negras que, por outro lado, figuravam com belos e impecáveis vestidos de festas, elegantemente vestidas nas inúmeras fotografias dos bailes, nos concursos de beleza, organização exclusiva do Departamento Feminino do Treze, no auge de sua existência. E esta é a principal lembrança das mulheres que frequentam este evento, pois o imaginário contraria a regra, que relega à mulher negra inúmeros papéis secundários, subalternos, estigmatizados e estereotipados, ainda nos dias atuais, e assim se afirmam positivamente identidades negras no feminino.

Organizada pelo Núcleo de Documentação e Pesquisa Étnico-histórica do Museu Treze de Maio¹⁴, a IV Roda de Lembranças contou com a presença de aproximadamente cinquenta pessoas. A expressiva participação do público se atribui também ao sucesso das postagens nas redes sociais, material gráfico cuidadosamente elaborado pelos próprios dinamizadores do museu e os inúmeros compartilhamentos de seus eventos na internet.

Várias metodologias vêm sendo utilizadas nas Rodas de Lembranças do Museu Treze de Maio no exercício constante de um “método maiêutico”, que segundo Varine (2012, p. 123-124) “exige tempo, constância na vontade política e individual, um rigor no respeito aos princípios (escuta, respeito das opiniões, debate mediatizado, devolução de validação dos resultados, etc)”. Contudo, a cada ano essas metodologias se modificam, pois surgem novas idéias e novos atores passam a integrar as ações do Museu, ressignificando a identidade cultural negra.

O ritual da Roda de Lembranças: uma “aula” de empoderamento de mulheres negras

No dia previamente marcado, em novembro de 2012, os dois andares do Museu foram cuidadosamente organizados para receber convidadas tão especiais e todo público interessado. No primeiro piso, uma cadeira diferenciada apontava para ali sentarem-se as mulheres negras que quisessem deixar um breve depoimento sobre o significado do que foi um dia ser “rainha ou princesa do Treze”. No segundo piso, cadeiras dispostas em círculo conforme as tradições

¹⁴ Sob a Coordenação da Arquivista Leticia Aguiar a partir de 2010 e mediada por Giane Vargas Escobar em todas as suas edições, desde 2009.



afro-brasileiras remetendo à circularidade. Com a música popular brasileira fazendo parte do ambiente de recepção, máquinas fotográficas e filmadora devidamente apostas para o registro compunha ainda este ambiente um painel que direcionava as convidadas para escreverem na “Linha do Tempo”, de 1903 à década de 1990, onde era solicitado que elas deixassem ali a informação do ano em que receberam o título de rainha ou princesa, ou se conheciam alguma mulher negra que um dia houvesse sido eleita em algum certame de beleza.

Ao começar a Roda, todos se apresentavam e assim ficava-se sabendo o nome, a profissão e o período que tinham frequentado o clube Treze de Maio. Com antecedência a equipe do Museu fez cópias em tamanho ampliado, de dez imagens que retratavam antigos bailes do Treze. Imagens que foram doadas ao longo da trajetória de pesquisa da instituição e outras durante as visitas às casas dos ex-associados, que antecederam aquele momento.

Sentadas em lugares de destaque, as Rainhas e Princesas do Clube Treze de Maio participaram do início da atividade ao som de “Carinhoso” e “Máscara Negra”, executada pelo clarinetista Luis Silva, da Orquestra Sinfônica de Santa Maria e da Base Aérea. Ao mesmo tempo em que se ouvia a música, automaticamente as pessoas começavam a cantar bem baixinho, como numa canção de ninar. Ao mesmo tempo duas fotografias antigas passavam de mão em mão, com vistas a incitar a memória dos participantes. Quando a música cessava, aquela pessoa que ficava com a foto na mão era instigada a responder algumas questões elaboradas pela mediadora, e assim sucessivamente a Roda seguiu com música e debates.

Famílias negras, resistência feminina na sociedade conservadora, vida pessoal e afetiva, casamentos, o ritual do concurso de rainha e de preparação para a festa no auge da existência do Clube, o baile da primavera, outros clubes semelhantes ao Treze, pessoas “finas e educadas”, mulheres bem vestidas, cuidados com a estética e a beleza, diretorias maravilhosas, presidentes maravilhosos, com “exceção de um”, lembrado por Dona Maria, que ao logo dos seus noventa anos e memória “essencialmente seletiva” causou vários risos nervosos, desconcentrou os presentes e ao mesmo tempo descontraíu logo de início a atividade, embora o constrangimento de alguns, que se reviraram nas cadeiras, pois ninguém estava preparado para ouvir o que ela relatou naquele momento. Foi desconcertante.

Dona Maria, com toda sua experiência e vivacidade percebeu que ali era a oportunidade única de dizer o que nunca havia dito, o que lhe conferiu certo



“empoderamento” ao ver que o grupo lhe escutava atentamente e que aquela fala evidenciava as identidades e diferenças no interior daquele reduto de sociabilidade negra e que mesmo após tanto tempo ela sentia necessidade de externar, de se fazer ouvir e deixar registrada parte de sua vivência naquele lugar, reafirmando assim o papel educativo do Museu Comunitário Treze de Maio.

Considerações Finais

O Museu Treze de Maio, enquanto lugar privilegiado de construção da memória e da história, bem como responsável pela difusão desta, não se limita à nostalgia do passado, ele age de maneira pró-ativa (COSTA, 2008), resgatando e valorizando a identidade negra e, neste sentido, promovendo cidadania. Ao buscar, em suas práticas cotidianas, a igualdade de oportunidades e de direitos, o Museu suscita o debate e o confronto de idéias, tanto internamente quanto pelas redes sociais, pelas ruas e praças da cidade, fazendo destes genuínos espaços alternativos de comunicação que atuam no sentido de agenciar a renovação cultural da sociedade em que se encontra inserido e, dessa forma, reestruturando o conceito de cidadania negra.

As reflexões abordadas neste estudo vêm demonstrar o caráter de formação e difusão de ideias da internet e dos instrumentos midiáticos de que hoje se dispõe e propor que através deles é possível trabalhar na desconstrução dos estereótipos que mantém os negros brasileiros à margem dos direitos devidos a todos os cidadãos. Trata-se da subversão dos usos hegemônicos dos meios para, reconhecendo-lhes as possibilidades educacionais, empregá-los a favor daqueles que se reconhecem descendentes de africanos e que se negam a assimilar ideias e conhecimentos depreciativos ao que vem da sabedoria construída a partir de suas raízes.

Ao dar visibilidade e voz às mulheres negras, os dispositivos comunicacionais do Museu dão espaço àquelas que historicamente vêm sendo alijadas das pautas dos grandes conglomerados midiáticos, restritos a abordagens supostamente multiculturais, que mais das vezes se restringem a efemérides, como o Dia Nacional da Consciência Negra. E, assim fazendo, reforçam de forma positiva identidades culturais que só se viam representadas na mídia como 'singularidade étnica', em alteridade ao grupo hegemônico branco.



Sabe-se que “branquitude é atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide” (SOVICK, 2009, p. 50) e que a comunicação desempenha papel fundamental na desconstrução de estereótipos e estigmas negativos da população negra. Assim, ao realizar e divulgar por meio da internet as *Rodas de Lembranças*, o Museu Comunitário Treze de Maio cumpre seu papel na formação das identidades da população negra santa-mariense, em especial com relação às mulheres negras, envolvendo além de antigos sócios do Clube, os atuais personagens do dia a dia do Treze, a comunidade negra, estudantes e professores, que também encontram neste evento um meio de conhecer um pouco mais sobre a cidadania afro-brasileira, sobre a diáspora africana que se dirigiu ao Sul do país, suas apropriações e reinvenções em Santa Maria.

Referências

COSTA, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da. Atribuição de valor ao patrimônio material e imaterial: afinal, com qual patrimônio nos preocupamos? In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues et al. (orgs). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

DALLARI, Dalmo. A cidadania e sua história. Portal DHnet. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/historia.htm>. Acesso em 13.jun.2013.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural). Santa Maria: UFSM, 2010.

_____. A face afro-brasileira do patrimônio: a reinvenção do Clube Social Negro Treze de Maio de Santa Maria-RS em Museu Comunitário. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, TEIXEIRA, Beatriz (Orgs.) **Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2012. p. 279-299.

FERREIRA, Jucineide T. S. e COIRO MORAES, Ana Luiza. A história da visibilidade do negro na coluna social do jornal Apalavra: estruturas de sentimento dominantes, residuais e emergentes. **Anais do XI Congresso de ALAIC**, Montevideo, 9-11 de mayo de 2012. Disponível em <http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/content/hist%C3%B3ria-da-visibilidade-do-negro-na-coluna-social-do-jornal-apalavra-estruturas-de-sentimen>. Acesso em 2.mar.2013.

MACHADO, Sátira. **Clubes Negros e Imprensa Negra: elo social para a mobilidade afro-gaúcha**. In Portal Clubes Sociais Negros do Brasil, Artigos. Santa Maria, 2011. Disponível em: <http://www.clubessociaisnegros.com.br/wp-content/uploads/2011/05/Portal-Clubes-S%C3%A1tira-Machado.pdf>. Acesso em 2.jan.2013.

_____. Mídia e identidade negra: em busca de reconhecimento. Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN), 2012. **Revista Identidade Negra**. Disponível em:



<http://www.acmun.org.br/imagens/publicacoes/REVISTA%20IDENTIDADE%20NEGRA.pdf>.
Acesso em: 2jan2013. p. 10-12.

PERUZZO, Cícilia Maria K. Internet e democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo (SP): Umesp, 2005.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Femininos**, Florianópolis, v. 16, n.º. 3, dezembro 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300017&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14.jun.2013.

SILVA, Maria Nilza da. A Mulher Negra. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, número 22, março de 2003. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>. Acesso em 22.maio.2013.

SOVICK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

VARINE, Hugues de. Um instrumento do desenvolvimento: o museu. In VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Trad. Maria de Lourdes Parreira Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. p. 171-201.

VORRABER, Marisa; HESSEL, Rosa; SOMMER, Henrique. Estudos Culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**. 2003, n.23, p. 36-61. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 2.fev.2013.